

***A Igreja como Contexto Político:
Cultura Cívica e Participação Política entre Evangélicos¹***

Leandro Piquet Carneiro

lpiquet@openlink.com.br

Instituto de Estudos da Religião (ISER)

and

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A paper prepared for LASA XX International Congress,

Guadalajara, Mexico April 1997

Panel POL50:

*Religion and Politics in Latin America in the 1990s and Beyond:
Central America and Southern Cone*

¹ A realização deste artigo só foi possível graças ao apoio recebido por parte do North-South Center da Universidade de Miami e da Fundação Ford para a realização da pesquisa *Novo Nascimento: Os Evangélicos na Igreja, em Casa e na Política*. Esta pesquisa foi realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e foi coordenada por Rubem Cesar Fernandes.

Sumário

No presente estudo, procuro discutir a influência do contexto denominacional das igrejas evangélicas -utilizado como sinônimo de estrutura eclesiástica - na conformação do comportamento político dos evangélicos. O estudo procura integrar dados sobre a estrutura eclesiástica das denominações evangélicas a dados de *survey* sobre o comportamento dos fiéis evangélicos. Os resultados são apresentados levando-se em conta não apenas as diferenças de condutas individuais, mas também as características das congregações nas quais estes indivíduos estão inseridos. A aposta metodológica realizada aqui é a de que, levando-se em conta o contexto denominacional, pode-se explorar o papel que estes desempenham na difusão de mensagens políticas e na conformação de diferentes sistemas de valores e normas sobre a vida religiosa e social, com efeitos na esfera da participação política. Além de considerar a participação religiosa, política e social dos evangélicos, analiso também a atuação dos políticos evangélicos na campanha eleitoral de 1994 (último processo eleitoral nacional ocorrido no Brasil) e na Câmara dos Deputados (legislatura iniciada em 1995).

Os dados utilizados neste artigo são provenientes de duas pesquisas sobre os evangélicos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os dados sobre as denominações foram coletados no âmbito do projeto *Censo Institucional Evangélico*, que reuniu informações sobre 85 denominações evangélicas que mantêm 3.797 instituições (Igrejas, editoras, obras sociais, rádios, jornais, etc) em atuação na região. As informações sobre o comportamento político dos evangélicos foram obtidas com o *survey Novo Nascimento: Os Evangélicos na Igreja, em Casa e na Política*. Neste *survey* foram realizadas 1.332 entrevistas domiciliares com fiéis de 16 anos ou mais das igrejas evangélicas da Região Metropolitana do Rio. A seleção dos respondentes foi feita a partir de *screen interviews* em 98 setores censitários, o que permitiu localizar 4.788 domicílios onde residia pelo menos um evangélico (14% dos domicílios). Os respondentes foram então selecionados aleatoriamente com base na listagem de moradores evangélicos destes domicílios. Os dados sobre a participação dos políticos evangélicos na campanha eleitoral de 1994 foram coletados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral veiculado na televisão e as votações na Câmara de Deputados e a participação em Comissões Parlamentares foram levantadas no Diário da Câmara, no Diário do Congresso e no Repertório Biográfico dos Deputados Federais, editado pela mesa da Câmara dos Deputados.

A Igreja como contexto político

A importância da variável religião na análise do comportamento eleitoral e no funcionamento do legislativo é ainda um tema pouco discutido na literatura sobre partidos e eleições no Brasil⁰. A literatura sobre a participação da igreja católica e, em menor escala, das igrejas evangélicas na história recente dos movimentos sociais e de defesa dos direitos políticos durante o período militar enfatiza o papel das igrejas como macroagentes políticos e geralmente exclui da agenda de pesquisa a relação entre as ações político-

institucionais dessas igrejas e as condutas individuais dos fiéis nos processos eleitorais, nos movimentos sociais e nas atividades religiosas¹. O foco dos estudos institucionais é dirigido para temas como a ação das lideranças, a história das correntes políticas, o processo educacional e de formação de lideranças e a estrutura organizacional das igrejas. Em outra vertente, estudos antropológicos mais recentes sobre o comportamento político dos evangélicos e de grupos católicos oferecem ricas descrições sobre as relações entre o meio ambiente denominacional e as condutas individuais². Entretanto esta não é uma tradição de pesquisa que orienta suas conclusões no sentido de permitir generalizações, inferências ou construções de modelos causais de qualquer tipo. Não obstante, contribuem com descrições aprofundadas de casos e situações particulares que podem servir de base para o desenho de pesquisas preocupadas com a busca de padrões generalizáveis para o conjunto da população evangélica.

Ampliando um pouco o foco, para além do segmento evangélico, inferências sobre a influência da religião no comportamento eleitoral e na cultura política brasileira aparecem nos estudos de PIERUCCI e PRANDI³, sobre a campanha eleitoral de 1994, e no trabalho de MOISÉS⁴, sobre a cultura política dos brasileiros. PIERUCCI e PRANDI demonstram, com base em um amplo *survey* nacional de 20.000 entrevistas, a correlação entre voto e religião, enquanto que MOISÉS, ao considerar a satisfação com a democracia como variável dependente, aponta a ausência de correlação desta variável dependente com a identidade religiosa⁵.

PIERUCCI e PRANDI, no estudo que realizaram sobre as eleições de 1994, descrevem as relações entre religião e preferência eleitoral, demonstrando que "a religião joga um papel importante na definição do voto, independentemente de diferenças sociais que marcam os grupos". No caso específico dos evangélicos (diferenciados entre pentecostais e históricos), os autores constataram o mais alto percentual de apoio ao candidato Quércio do PMDB (que tinha uma candidata a vice-presidente que era evangélica), entre os evangélicos. 8,3% dos evangélicos declararam intenção de voto em Quércio, contra 5,3% no total da população. A comparação dos níveis de rejeição e apoio aos candidatos Lula e FHC revelou que as mais altas taxas de rejeição a Lula foram encontradas entre os evangélicos pentecostais: 55% contra 44% no total da população. Na simulação do segundo turno (intenção de voto estimulada), foi entre os evangélicos pentecostais que a pesquisa encontrou o mais alto percentual de intenção de voto em FHC: 61% contra 56% na população.

Entretanto ambos os estudos não se propõem a realizar uma análise da influência dos diferentes contextos denominacionais ou eclesiais na conformação da cultura cívica e das práticas políticas dos indivíduos. Estudos baseados em amostras nacionais da população ou de eleitores, utilizadas em pesquisas do tipo *survey*, dificilmente garantem número suficiente de casos para o estudo das diferenças de comportamento entre os evangélicos de diferentes denominações ou mesmo entre católicos de diferentes orientações (carismáticos, membros de CEBs, pastorais, etc.). O estudo da correlação entre o contexto denominacional e o comportamento político requer o desenho de levantamentos que tenham como população alvo (*target population*) não a população em geral, mas o segmento

específico sobre o qual pretende-se realizar inferências. Este foi precisamente o desenho utilizado no *survey* **Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política**, principal base de dados utilizada na confecção deste artigo.

O contexto denominacional (seja no caso das religiões evangélicas, seja no caso da religião católica) pode ser incorporado à análise da influência da religião no comportamento político como um fator correlacionado (i) ao processo de socialização política dos indivíduos (portanto perfeitamente mensuráveis no plano individual) e (ii) à produção de efeitos ambientais (*contextual effect*) mensuráveis especificamente no plano denominacional (não necessariamente no plano individual). A seguir, comento como estes dois processos interferem na análise do comportamento político dos evangélicos.

Quanto ao processo de socialização política, os levantamentos estatísticos sobre as organizações religiosas no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro dão uma idéia da magnitude da mobilização social desenvolvida por igrejas e grupos confessionais de vários tipos⁶. Esta mobilização não se limita a atividades religiosas. Frequentemente envolve outras, tais como: reuniões administrativas, campanhas de interesse social, eleições de lideranças da igreja e organização de trabalho voluntário. Sendo os níveis de participação social e política notadamente baixos na sociedade brasileira⁷, é em atividades desse tipo que boa parte da população é introduzida no mundo da representação e negociação de interesses, processos constitutivos da atividade política e associativa. A correlação entre a participação religiosa e a participação política requer, entretanto, um controle adicional: *a análise da estrutura eclesial na qual o indivíduo está inserido ou foi socializado*⁸.

A importância dos efeitos ambientais (*contextual effects*) em análises sobre o comportamento político é discutida por HUCKFELDT & SPARAGUE (1989)⁹. Em seu estudo sobre processos de mobilização política, os autores demonstram que, tendo por base exclusivamente dados de *survey*, muitas vezes não é possível detectar a significância estatística da influência do trabalho partidário de contatar eleitores na definição do voto dos indivíduos. Entretanto os contatos feitos pelos ativistas partidários em uma determinada comunidade têm um efeito catalisador: os primeiros a serem contatados são, geralmente, eleitores que de alguma forma já têm alguma relação prévia com o partido que os contactou, e apresentam uma maior propensão a contribuir com a campanha, procurando, por sua vez, influenciar o voto dos vizinhos, amigos e colegas de trabalho. Uma vez completado o processo de mobilização eleitoral, se realizarmos um *survey* nesta comunidade, estaremos medindo não apenas o efeito do primeiro contato dos *hard core supporters* com os simpatizantes, mas a soma de todos os contatos realizados naquela comunidade (*hard core supporters* com os simpatizantes e destes para um círculo social mais amplo). Trata-se de um processo de difusão e contágio, não diretamente detectável em observações que levam em conta apenas o comportamento dos indivíduos (BROWN, 1991)¹⁰.

Este problema é identificado na literatura como a "individual-level fallacy"¹¹, que corresponde ao risco de descartar uma correlação importante (digamos: a correlação entre mobilização partidária e voto, entre a militância ambientalista e a sensibilização da opinião pública sobre problemas ambientais, entre o contexto denominacional e o comportamento

político, etc.) quando são levadas em conta no processo de inferência apenas observações de condutas medidas no plano individual, sem consideração das variáveis que descrevem os atributos do contexto social imediato no qual os indivíduos estão inseridos.

A questão das igrejas como contexto político é estudada por WALD, OWEN e HILL¹², que as descrevem como exemplo de uma associação voluntária de indivíduos, ligados por fortes vínculos afetivos, que constitui um ambiente social favorável à transmissão e à manutenção de sistemas de normas e valores entre os fiéis. A estratégia da pesquisa é voltada para a identificação de "*contextual effects*" na conformação do comportamento político dos evangélicos. Neste sentido, foram coletados não apenas dados sobre os fiéis evangélicos, mas também sobre as congregações evangélicas nas quais estes fiéis estão inseridos. Os autores levantaram informações sobre 21 congregações evangélicas e realizaram 657 entrevistas auto-aplicadas com os fiéis dessas igrejas. As igrejas evangélicas constituem um campo rico para a observação de "*contextual effects*", na medida em que garantem (i) um espaço de comunicação de mensagens políticas e (ii) a oportunidade para os membros desta coletividade observarem as reações coletivas às mensagens transmitidas, bem como para adequarem suas condutas a essas reações¹³.

Esta estratégia de pesquisa parece ser particularmente importante para o estudo do comportamento político dos evangélicos no Brasil. Em *surveys* representativos da população não é possível obter número suficiente de respondentes de forma a permitir uma análise da influência do contexto denominacional no comportamento político dos indivíduos. Na construção das categorias "evangélicos", "evangélicos não-pentecostais" e "evangélicos pentecostais", geralmente utilizadas em *surveys* sobre comportamento político, indivíduos oriundos de diferentes contextos denominacionais são agrupados em categorias demasiadamente amplas, impossibilitando uma análise adequada das correlações entre a religião e o comportamento político¹⁴.

Na avaliação da influência do contexto denominacional das igrejas evangélicas - utilizado como sinônimo de estrutura eclesial - na conformação do comportamento político dos fiéis, adotarei o sistema de classificação proposto por FERNANDES, que leva em conta duas dimensões básicas: (i) o grau de autonomia das igrejas locais e (ii) os tipos de vínculo denominacionais. Este sistema de classificação das denominações foi adotado no *survey Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa na Igreja e na Política*, sendo os respondentes agrupados em seis categorias, estabelecidas em função das afinidades doutrinárias, históricas e eclesiais das igrejas das quais participam¹⁵. O quadro 1 descreve a composição dos grupos denominacionais utilizados na análise.

Quadro 1: Composição dos Grupos Denominacionais

Grupo Denominacional	Principais Denominações Incluídas
Batistas	Convenção Batista Brasileira (CBB) e Convenção Batista Nacional (CBN)*
Assembléia de Deus	Assembléia de Deus e Ass. de Deus Convenção Nacional de Madureira*
Igreja Universal do Reino de Deus	Igreja Universal do Reino de Deus
Protestantes Tradicionais	Presbiteriana (36,6%); Adventista (21,1%); Congregacional (16,3%); Metodista (13,0%).
Renovadas	Metodista Wesleyana (21,4%); Maranata (15%); Comunidade Evangélica (14,3%); Batista Renovada (14,3%); Igreja Evangélica (13,3%).
Pequenas Igrejas Pentecostais	Nova Vida (11%), Congregação Cristã (7,6%); Deus É Amor (7,0%), Casa da Bênção (7%); Outras pentecostais (43%)

* A distinção entre as convenções Batistas e as convenções da Assembléia de Deus não foi feita nas entrevistas com os fiéis. Embora cada "convenção" seja uma Igreja com estruturas independentes, não foi solicitado aos fiéis dessas Igrejas que identificassem as "convenções" nacionais às quais suas igrejas locais estão vinculadas.

Variações nas práticas eclesiais entre as denominações

Antes de considerar as variáveis específicas sobre o comportamento político, procurarei caracterizar as diferenças nas práticas eclesiais entre as denominações evangélicas com base em dois indicadores que procuram medir as diferenças com respeito às seguintes dimensões:

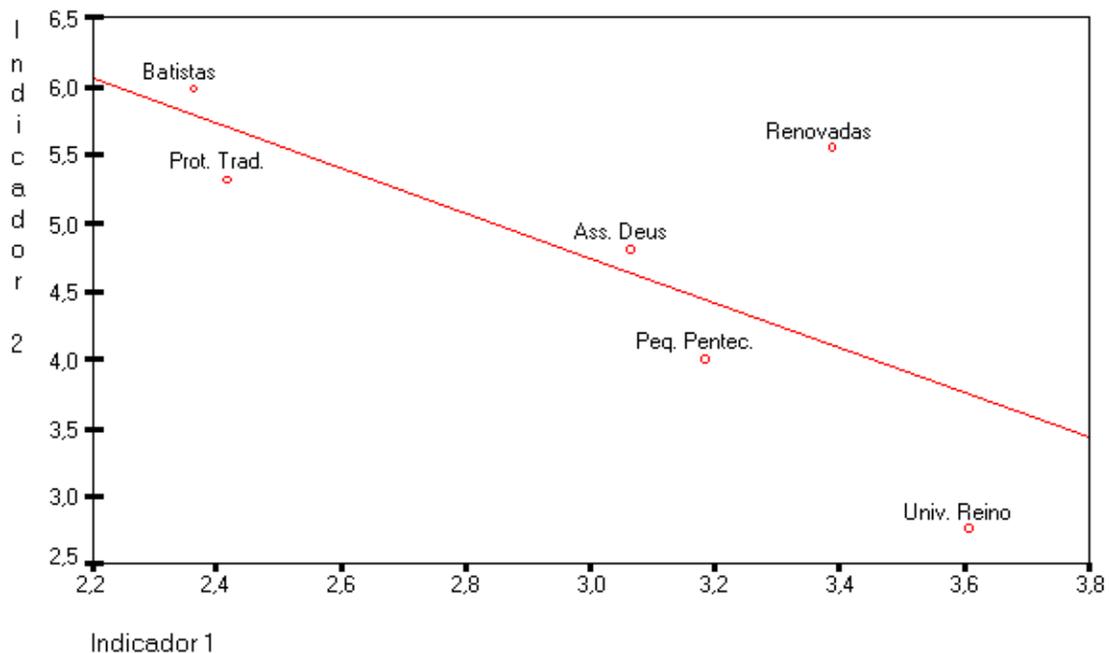
1. A participação em cultos e reuniões de oração (*indicador 1*), que inclui a participação em:
 - Culto dominical
 - Culto de cura e libertação
 - Reunião de oração

2. A participação em atividades educacionais, sociais e administrativas (indicador2), que inclui a participação em:

- *Escola dominical*
- *Trabalho evangelístico fora da Igreja*
- *Serviço aos necessitados*
- *Reunião de sociedades (homens, mulheres, jovens, etc.) ou Associação da Igreja*
- *Reunião administrativa (ano)*
- *Eleições para escolha de líderes da Igreja (frequência com que costuma votar)*

A participação de cada item na composição do indicador foi ponderada por sua *razão de chance* com relação à prática mais comum incluída no indicador (frequência mensal ao culto dominical, no caso do primeiro indicador, e frequência mensal à escola dominical, no segundo). A Igreja Universal do Reino de Deus obteve a maior pontuação no indicador que mede a participação em cultos e reuniões de oração, seguida das Igrejas Renovadas. As Igrejas Batistas e as Protestantes Tradicionais se destacam como as que obtiveram maior pontuação no indicador de participação em atividades educacionais, sociais e administrativas. O cruzamento dessas duas dimensões, apresentado no Gráfico 1, permite uma classificação das diferentes práticas eclesiais no campo evangélico, relevante no processo da análise de como o contexto denominacional afeta o comportamento político.

Gráfico 1: Participação em Cultos e Reuniões de Orações (*indicador 1*) X Participação em Atividades Educacionais, Sociais e Administrativas (*indicador 2*)



Fonte: *Novo Nascimento: Os Evangélicos na Igreja, em Casa e na Política.*

O gráfico 1 mostra que a alta frequência aos cultos é uma característica das denominações pentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus, Assembléia de Deus, Pequenas Igrejas Pentecostais e Renovadas) enquanto que a alta participação em escolas dominicais, reuniões administrativas, votações para escolha dos líderes da religião e atividades sociais marca as denominações Batistas, Renovadas e Protestantes Tradicionais. Os resultados obtidos são consoantes com o modelo proposto por FERNANDES, que apresenta a Igreja Universal do Reino de Deus como um exemplo típico de estrutura eclesíastica do tipo "carismática centralizada", com baixa ou nenhuma participação dos fiéis nos processos decisórios da Igreja, combinada à alta participação em cultos e reuniões de oração. Ainda com relação ao mesmo modelo, é possível localizar entre as Igrejas Protestantes Tradicionais e Batistas os exemplos mais claros de predominância do "sistema legal representativo", onde os "mecanismos de representação legal por eleição são aplicados para todos os níveis da Igreja" (FERNANDES, 1994). Portanto a maior pontuação obtida no indicador que mede a participação em atividades educacionais, sociais e administrativas na igreja é explicada pelas características organizacionais comuns dessas denominações que privilegiam a participação dos fiéis nos processos decisórios e em atividades com fins sociais.

Três padrões podem ser identificados no Gráfico 1: o modelo carismático das pequenas Igrejas Pentecostais, ou a variação igualmente carismática e centralizadora da Igreja Universal do Reino de Deus, parece coibir o espaço da participação em atividades com fins sociais, educacionais ou voltadas para a administração da Igreja. O modelo representativo legal, tal como descrito acima, articula Batistas e Protestantes Tradicionais. Por fim, a ênfase na autonomia das igrejas locais, combinada a componentes carismáticos observados na Assembléia de Deus, e ainda, no caso das Renovadas, a combinação destas características com a preservação de práticas oriundas das Igrejas Protestantes, das quais muitas destas Igrejas tiveram origem, conforma um terceiro padrão, no qual é observada uma participação elevada dos fiéis nas duas dimensões. O próximo passo será analisar a cultura cívica dos evangélicos, e por cultura cívica entendo o conjunto de valores e práticas diretamente relacionadas à vida política.

A cultura cívica dos evangélicos

Antes de considerar diretamente os indicadores de participação política e associativa dos evangélicos, seria oportuno considerar a seguinte tabela que apresenta alguns dos itens sobre cultura política levantados no *survey*.

Tabela 1: Associação entre Denominação da qual Participa e Valores Políticos

Sentença	Coeficiente Conting.	Likelihood ratio chi square	Significância	Residuo adj. stand. Mais sign*	Denominação
Valores frente à Democracia					
A democracia é o melhor sistema para nossa sociedade	0,090	9,840	0,080	2,50	Batistas
Somente os mais instruídos deveriam ser candidatos a cargos políticos	0,048	2,865	0,721	**	
O povo não sabe votar	0,048	2,944	0,709	**	
Seria melhor a volta dos militares	0,115	14,919	0,011	2,92	Univ. do Reino de Deus
Normas para Escolha de					
O político que traz benefícios para minha Igreja merece meu voto	0,209	61,847	0,000	7,10	Univ. do Reino de Deus
Os políticos evangélicos são mais confiáveis e honestos que os políticos em geral	0,159	35,020	0,000	4,90	Univ. do Reino de Deus
Alguns políticos não-evangélicos também são confiáveis e honestos	0,110	15,682	0,008	-2,80	Univ. do Reino de Deus
Tolerância com Movimentos Sociais					
Concorda com o direito das pessoas fazerem greve	0,089	9,499	0,091	**	
Concorda com o direito das pessoas fazerem passeatas e manifesta. de rua	0,085	10,306	0,067	**	

Notas:

** Os resíduos selecionados expressam desvios com relação à distribuição marginal na categoria “concordam”.

** *resíduos* = < 1,96

Fonte: Novo Nascimento: Os Evangélicos na Igreja, em Casa e na Política.

A tabela 1 apresenta medidas de associação entre a variável denominação e alguns dos itens das escalas de valores políticos utilizadas no *survey*. As escalas foram divididas em três

conjuntos temáticos: (i) valores frente à democracia; (ii) normas que orientam a escolha de representantes e (iii) tolerância com os movimentos sociais. Na construção da tabela 1, analisei o papel da variável *nível educacional* antes de considerar a tabulação simplificada apresentada acima. A introdução da variável de controle *nível de escolaridade* na análise das correlações entre a denominação e os valores políticos pode ser descartada para todos os itens analisados. Em alguns itens, o efeito da denominação sobre a opinião era ainda mais forte *segundo os níveis* da variável de controle “nível de escolaridade”. Portanto os resultados apresentados na tabela acima são os mais simples encontrados.

Os evangélicos mostram homogeneidade de pensamento com relação a idéias que expressam restrições à participação das pessoas menos instruídas na política ou ao papel do "povo" na democracia. Na população estudada, 73% concordam com a frase de que *"somente os mais instruídos deveriam ser candidatos aos cargos políticos"*, enquanto 79% concordam com a máxima popularizada pela propaganda oficial durante o período militar de que *"o povo não sabe votar"*. Em ambos os casos as diferenças entre as denominações não são significativas.

O mesmo não ocorre com relação às frases que indicam o apoio à democracia e à volta dos militares. Nestes dois itens as diferenças entre as denominações são estatisticamente significativas. O apoio à democracia como o melhor sistema para nossa sociedade, valor partilhado por 91% dos evangélicos, é mais forte entre os batistas, embora a intensidade da associação ($\Phi^2 = 0,09$) entre as variáveis “denominação” e “opinião” seja baixa neste caso.

A volta dos militares à política é um tema que divide as opiniões dos evangélicos. Enquanto 53% dos fiéis de todas as denominações *discordam* da idéia, 56% dos fiéis da Universal do Reino de Deus manifestaram concordância com a afirmação. As medidas de associação consideradas indicam a significância estatística destas diferenças e, principalmente, indicam o desvio dos fiéis da Universal do Reino de Deus - medido pelo resíduo estandardizado - com relação à opinião dos membros das demais denominações sobre o assunto.

Deve-se ainda destacar que 44% dos respondentes que concordam que a democracia é o melhor sistema de governo também concordam com a volta dos militares. Esta combinação de idéias antagônicas em um mesmo sistema de valores políticos não é um privilégio dos evangélicos, muito menos dos brasileiros. A própria história política recente do Brasil pode ser apontada como um fator que contribui para este resultado. O regime militar no Brasil, apesar de partilhar várias características autoritárias com as ditaduras que vigiram no mesmo período em outros países da América Latina, manteve competições eleitorais reguladas para a Câmara dos Deputados, para o Senado, nas Assembléias Legislativas de todos os estados e para as Prefeituras e Câmaras de Vereadores das cidades que não foram declaradas de "segurança nacional". Este foi um período de forte expansão da participação eleitoral, resultando em uma combinação singular entre autoritarismo com ampliação da participação eleitoral. Não obstante a introdução de novos itens possa aumentar a confiabilidade das escalas de atitudes comentadas acima, o argumento desenvolvido pretende explicitar o contexto político como um elemento capaz de exercer uma influência não desprezível na definição desses resultados.

A participação eleitoral é o que se pode chamar de um *núcleo duro* do sistema de normas sobre temas políticos entre os evangélicos. As três frases sobre o tema destacam o envolvimento dos fiéis da Universal do Reino de Deus com as estratégias eleitorais das lideranças de sua Igreja. Embora 56% dos fiéis de todas as denominações concordem que "*o político que traz benefícios para minha Igreja merece meu voto*", esta idéia recebe o apoio de 78% dos membros da Igreja Universal do Reino de Deus. O mesmo padrão se repete nas duas outras frases sobre o mesmo tema: os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus se destacam no apoio à idéia de que "*o político evangélico é mais confiável e honesto de que os políticos em geral*". Quando o tema é a honestidade dos políticos não evangélicos, os membros da Igreja Universal do Reino de Deus mais uma vez destacam-se e tendem a concordar menos com esta frase do que seria esperado na hipótese de independência entre as variáveis, como indica o resíduo ajustado negativo encontrado nessa célula da tabela. Estas são evidências de que as normas que orientam a escolha dos representantes aos cargos legislativos dividem o campo evangélico e revelam a sensibilidade dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus a temas eleitorais.

A homogeneidade de pensamento marca o apoio ao direito de manifestação trabalhista e social através de passeatas e manifestações de rua. Entre os evangélicos, o direito de greve obteve 54% de apoio e o direito de realizar passeatas e manifestações, 57%. As diferenças entre as denominações podem ser consideradas estatisticamente não significativas.

No *survey* levantamos informações sobre as intenções de voto para deputado federal pois o campo da pesquisa coincidiu com os meses finais da campanha eleitoral de 1994. Em seguida, realizamos um trabalho de identificação dos deputados evangélicos que concorriam à Câmara de Deputados naquelas eleições e classificamos esses candidatos evangélicos segundo suas denominações. Este trabalho de classificação teve por base os programas veiculados na TV durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, contatos com os escritórios de campanha, sedes das Igrejas, leitura de jornais evangélicos e diversos materiais de campanha.

Cruzando-se a denominação do respondente do *survey* com a denominação do deputado federal mencionado em pergunta espontânea, foi possível analisar como as diferenças entre as denominações evangélicas contribuem na definição do comportamento eleitoral deste segmento da população. Na tabela 2, apresentada a seguir, não foi possível respeitar as seis categorias de grupos denominacionais utilizadas neste estudo, em função de problemas de frequência em algumas categorias, uma vez que apenas 27% dos entrevistados manifestaram intenção de voto em algum candidato.

Tabela 2 : Intenção de Voto para Deputado Federal Segundo a Denominação do Deputado e a Denominação do Respondente (resíduos ajustados)

Denominação do Deputado Federal (<i>Intenção de voto espontânea</i>)	Denominação do Respondente			Total
	Ass. Deus + Peq. Pentec.	Batistas + Prot. Trad.	Universal do Reino de Deus	
Ass. de Deus + Peq. Pentecostais	4,1	-0,4	-5,1	140 10,50%
Batistas + Prot. Tradicionais	-3,0	4,9	-2,3	37 2,80%
Universal do Reino de Deus	-5,9	-4,4	13,6	50 3,80%
Não evangélico	0,3	0,9	-1,6	132 9,90%
Não sabe	0,6	-0,3	-0,4	973 73,00%
Total	648 48,60%	466 35,00%	218 16,40%	1332 100%

Likelihood Ratio chi-square	183,28291	D.F. 8	Significância 0
-----------------------------	-----------	-----------	--------------------

Fonte: *Novo Nascimento: Os Evangélicos na Igreja, em Casa e na Política.*

A tabela acima mostra os valores dos resíduos ajustados. Os valores positivos e significativos (maiores do que 1,96) na diagonal, onde a denominação do candidato é igual à denominação do respondente (assinalada em cinza), indicam que há uma associação entre a intenção de voto para deputado e a denominação. De forma consistente com os resultados analisados na tabela 1, são os membros da Igreja Universal do reino de Deus os que mostram maior correspondência entre voto e vínculos denominacionais. Embora a intenção de voto em candidatos evangélicos da mesma denominação seja comum aos três grupos aqui considerados, a Universal destaca-se como tendo um perfil próprio dentro do mundo evangélico, caracterizado por seu esforço de mobilização eleitoral, que envolve as lideranças e as bases da Igreja. Nas eleições de 1994, cujos resultados acima se referem, a Igreja contava com um candidato ao Senado e elegeu os três candidatos a deputado federal que lançou no estado do Rio de Janeiro enquanto que entre os candidatos das Igrejas Batista, Históricas e Históricas Renovadas apenas dois em 14 chegaram ao mandato. No grupo da Assembléia de Deus, aqui incluída na mesma categoria das Pequenas Igrejas Pentecostais, destaca-se a candidatura de Francisco Silva, supostamente membro da Congregação Cristã, pelo PP. Este foi o candidato com maior votação nominal no estado do Rio de Janeiro, em 1994, com mais de 200 mil votos.

Os valores negativos na linha correspondente aos candidatos da Universal do Reino de Deus indicam que a rejeição a estes candidatos é maior entre os fiéis da Assembléia de Deus e das pequenas Igrejas Pentecostais (-5,9). A mesma interpretação pode ser dada aos valores negativos que aparecem na coluna correspondente aos fiéis da Universal: neste grupo

encontram-se as mais baixas intenções de votos em candidatos da Assembléia de Deus e das Pequenas Igrejas Pentecostais. Os demais valores negativos e significativos, abaixo e acima da diagonal assinalada, corroboram as evidências de que há uma correlação entre a denominação do respondente e a denominação do candidato a deputado federal em quem foi manifestada a intenção de voto.

Mais evidências sobre os diferentes estilos de participação política entre os evangélicos podem ser obtidas com o auxílio de dois novos indicadores. Os dados do *survey* permitiram construir um indicador do grau de participação em atividades eleitorais (*indicador 3*), levando-se em conta as respostas positivas às seguintes perguntas:

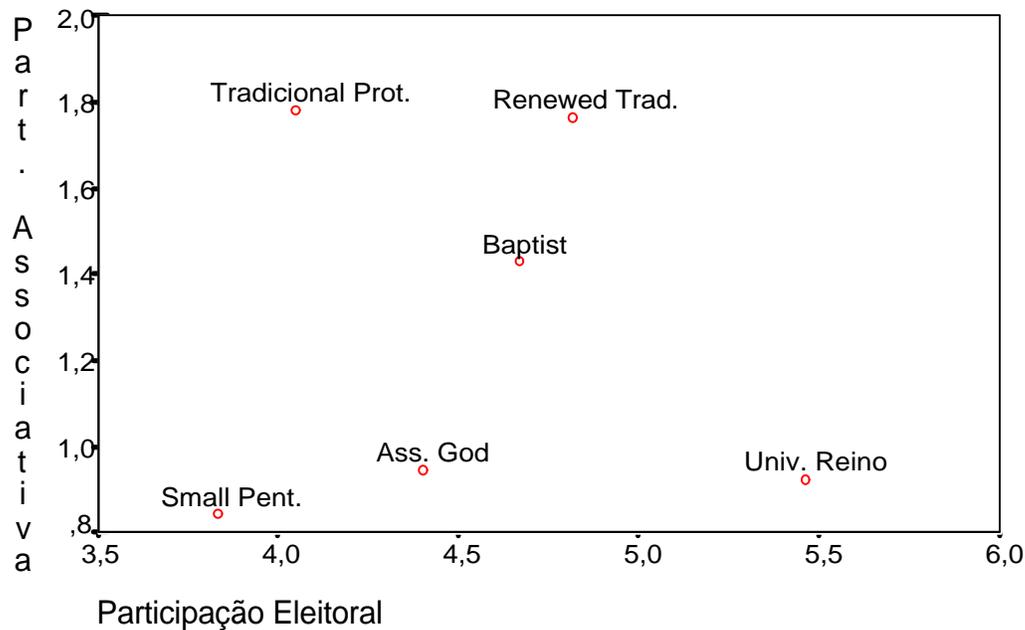
- *Compareceu a algum comício ?*
- *Colou cartaz em casa ou no carro ?*
- *Assistiu ao programa eleitoral na TV ou no rádio ?*
- *Participou de alguma discussão na Igreja ?*
- *Orou por algum candidato ?*
- *Compareceu a algum debate sobre as eleições em assoc. de moradores, sindicatos, etc. ?*
- *Orou pelas eleições ?*

O indicador sobre atividades associativas teve por base a participação nas seguintes instituições ou atividades (*indicador 4*):

- *sindicatos ou associações profissionais*
- *partidos políticos*
- *associação de moradores*
- *obra assistenciais*
- *atividades da campanha da fome.*

Em ambos os casos, a participação de cada item na composição do indicador foi ponderada por sua *razão de chance* com relação à prática mais comum incluída no indicador (assistência ao horário eleitoral, no caso do primeiro indicador e atividades da Campanha da Fome, no segundo), tal como adotado nos indicadores de participação religiosa.

Gráfico 2: Participação Eleitoral (indicador 3) X Participação Associativa (indicador 4)



Fonte: *Novo Nascimento: Os Evangélicos na Igreja, em Casa e na Política.*

Os resultados obtidos no cruzamento destes dois indicadores reforçam a caracterização das linhas de clivagem que marcam o campo evangélico quanto ao tema eleitoral e introduzem uma distinção importante: participação eleitoral e associativa não se confundem. É possível conciliar alta participação eleitoral com baixa participação associativa (Universal do Reino de Deus) ou o contrário, baixa participação eleitoral com alta participação associativa (Protestantes Tradicionais).

As causas desta configuração devem ser buscadas na estrutura eclesial de cada denominação. Sobrepondo-se o gráfico 1 ao gráfico 2, percebe-se que as denominações cujos fiéis apresentam alta participação em atividades educacionais, sociais e administrativas no âmbito da Igreja são também aquelas cujos membros apresentam alta pontuação no índice de participação associativa. A mesma relação de causalidade não é observada quanto à participação eleitoral: níveis altos de participação eleitoral são compatíveis com estruturas eclesiais marcadas pela baixa participação em atividades sociais no âmbito da igreja - medida pelo indicador 2 -, mas também ocorrem nas denominações onde esta participação é alta. Caso, sobretudo, das Igrejas Batistas. Na conclusão do artigo, retomo o problema da correlação entre estes indicadores de forma mais sistemática.

As lideranças evangélicas na política brasileira

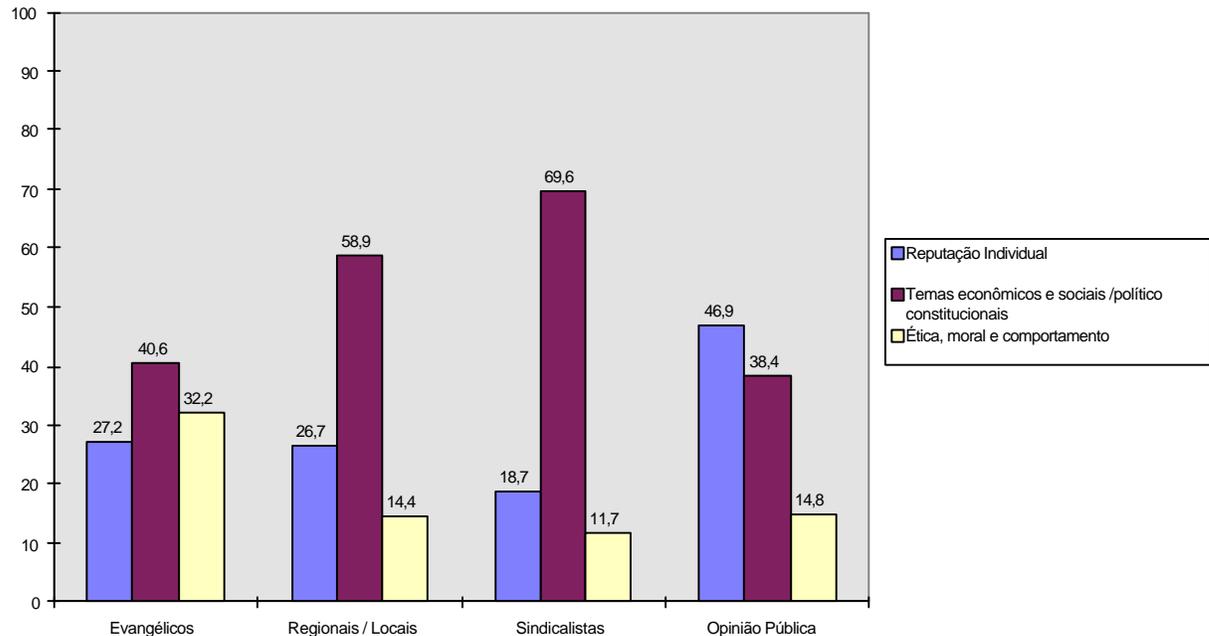
Uma análise da participação dos evangélicos na política brasileira não estaria completa sem que considerássemos a participação direta das lideranças evangélicas na Câmara dos Deputados. Ao contrário da participação dos fiéis evangélicos na política, esse é um tema razoavelmente coberto pela literatura, na qual se destaca a contribuição de FRESTON¹⁶. A evolução da participação dos deputados evangélicos na Câmara de Deputados nas 13 legislaturas dos últimos 40 anos é um indicador da importância atribuída pelas lideranças evangélicas e pelos fiéis dessas religiões à participação nos processos eleitorais. O único evangélico na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 não teve as mesmas condições de influir na elaboração da constituição quanto tiveram os 32 deputados evangélicos eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte de 1986. Este foi o momento de maior visibilidade do fenômeno político que passou a ser reconhecido como a "bancada evangélica".

Na legislatura iniciada em 1994, são 26 os deputados evangélicos, ou 4,9% da Câmara. Trata-se de um número expressivo, mas ainda distante dos 13% que os evangélicos representam entre os eleitores¹⁷. As características do sistema eleitoral brasileiro, com grandes distritos eleitorais, proporcionalidade na conversão votos-cadeiras e o voto em candidato pessoal único, ampliam o espaço da representação parlamentar que pode ser ocupado pelos políticos e, fundamentalmente, pelos eleitores evangélicos.

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na TV oferece a chance de uma análise do estilo e dos temas de campanha dos candidatos evangélicos¹⁸. Diante da falta de dados sobre a campanha para deputado federal em escala nacional, detenho-me aqui na análise da campanha dos candidatos evangélicos no estado do Rio de Janeiro. O gráfico 3 mostra a distribuição dos temas de campanha entre os candidatos evangélicos, sindicalistas, "regionalistas" e de "opinião pública". Os candidatos foram classificados nesses grupos em função de suas biografias e estratégias de campanha¹⁹. Nessa amostra foram incluídos 125 candidatos de um total de 360 que concorreram para a Câmara de Deputados em 1994 no estado do Rio de Janeiro.

Comparados a outros grupos de candidatos, os candidatos evangélicos mostram uma clara preocupação em veicular em seus programas mensagens envolvendo temas relacionados a problemas éticos, morais e sobre comportamento. A reputação individual foi medida como o tempo do programa dedicado à apresentação da biografia pessoal ou da capacidade do candidato como legislador-administrador. Por fim, nos temas econômicos, sociais e político constitucionais, foram agrupadas todas as referências assemelhadas a uma proposta de programa. As ênfases temáticas dos grupos de candidatos incluídos na amostra apresentam correspondência com os segmentos do eleitorado para os quais são dirigidas suas campanhas.

Gráfico 3: Percentual Médio dos Temas de Campanha dos Candidatos a Deputado Federal em 1994 Segundo Segmentos de Apoio.



Fonte: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na Televisão.

Da leitura do gráfico acima depreende-se que, para os eleitores evangélicos, ofertam-se ética, políticas de natureza moral e religiosa para os consumidores de drogas e leis de "proteção à família" e condena-se a corrupção na política brasileira pela falta de uma ética cristã; para os eleitores de Barra do Pirai, a reforma fiscal; para os petroleiros, um representante contra privatização; e para a classe média, um representante que pareça experiente ou capaz.

O resultado das estratégias de campanha dos evangélicos pode ser avaliado levando-se em conta a votação nominal dos candidatos evangélicos nos partidos pelos quais concorreram. Os 27 candidatos evangélicos concentraram mais de meio milhão de votos no estado do Rio de Janeiro. Os evangélicos representavam 8% dos candidatos à Câmara (27 em 360) e foram capazes de recolher 13,59% do total de votos nominais.

Tabela 3: Votos Nominais em Candidatos Evangélicos por Partidos Políticos

Partidos Político	Nº de Candidatos	Votos Nominais*	% Total de Votos	Deputados Eleitos
PP	3	270634	49,5%	2
PFL	2	97233	17,8%	2
PPR	1	69053	12,6%	1
PMDB	2	31164	5,7%	1
PSDB	2	22452	4,1%	0
PT	2	15348	2,8%	0
PTB	1	9938	1,8%	0
PL	2	8839	1,6%	0
Outros Partidos	12	22108	4%	0
Total	27	546757	100,0%	6

* Soma dos votos nominais dos candidatos evangélicos do partido

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

As características do sistema eleitoral brasileiro podem ser apontadas como o fator responsável por essa notável coincidência entre a proporção de votos angariados por candidatos evangélicos e a proporção de eleitores evangélicos no estado do Rio (entre 12% e 16%)²⁰. Será ainda esta coincidência irrelevante no funcionamento do sistema político? É uma concentração notável que demonstra a importância da socialização na igreja para as manifestações cívicas de seus membros. E também uma demonstração de que a proporcionalidade do sistema eleitoral brasileiro é capaz de assegurar a incorporação organizada ao sistema político desse segmento da população. Resta ainda lembrar que os votos em candidatos evangélicos representaram 60% do total de votos obtidos pelo PP e 49% dos votos dados ao PFL, o partido com a maior bancada na Câmara de Deputados (legislatura 1994-98).

Como último movimento na análise da participação das lideranças evangélicas na política nacional, pretendo discutir o comportamento parlamentar dos deputados de religião evangélica eleitos para a legislatura de 1995-1999. Considerarei como deputados evangélicos todos os deputados que, no repertório biográfico da 50a legislatura declararam sua religião como: "protestante", "luterano", "batista", "presbiteriano" e "evangélico" (estas são todas as referências a denominações evangélicas que aparecem na ficha do repertório biográfico). Aparecem ainda deputados que declaram ser "católicos", "espíritas", "budistas", "cristãos" e "católicos ortodoxos". Vale destacar que alguns deputados de religião evangélica devem seus mandatos, muito vezes, ao fato de serem ex-prefeitos, líderes comunitários ou sindicais, e não diretamente, ou principalmente, ao apoio do eleitorado evangélico. Um exemplo a ser considerado é o deputado José Carlos Lacerda, do PSDB do Rio de Janeiro. Ex-vice-prefeito e ex-prefeito de Duque de Caxias, foi eleito para o seu 1º mandato como deputado federal, após vários mandatos como deputado estadual. Sua força eleitoral, 69.053 votos na última eleição, pode ser atribuída não à comunidade evangélica ou presbiteriana em particular - igreja à qual declara pertencer -, mas ao fato de ter sido prefeito de uma das mais importantes cidades da Região Metropolitana do Rio. Outro exemplo: o deputado Beto

Lelis, do PSB da Bahia, declara-se batista e socialista convicto. Em sua biografia consta que foi prefeito de Ibipeba e menino de rua. Mais uma vez, é difícil avaliar em biografias como a desses dois deputados qual o papel desempenhado pela religião na consolidação de suas carreiras políticas.

Optei por incluir na categoria de análise todos os deputados de religião evangélica, aumentando o máximo possível a variação intra-categoria. Esta opção pareceu-me mais adequada para testar as questões aqui levantadas do que simplesmente lançar mão de classificações da bancada evangélica oferecidas por órgãos como o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), jornais ou mesmo por outros analistas que já se dedicaram ao tema, uma vez que nestas classificações tende-se a incluir na "bancada evangélica" apenas os deputados que atuam na esfera parlamentar quase que exclusivamente devotados à defesa dos interesses das hierarquias das igrejas evangélicas. Destas classificações comumente excluem-se os deputados evangélicos que devem seus mandatos também ao apoio recebido junto a outros segmentos da população, como, por exemplo, José Carlos Lacerda (PSDB/RJ) e Beto Leles (PSB/BH). A inclusão desses casos parece-me fundamental para compreensão do fenômeno mais amplo no qual se inscreve não apenas a atuação dos deputados evangélicos mas também a participação dos fiéis evangélicos no processo político-partidário. As primeiras evidências de que os deputados evangélicos tem certas afinidades eletivas importantes podem ser percebidas na tabela 4, abaixo. A primeira questão parece ser explicar a concentração de deputados evangélicos no PPB.

Tabela 4: Distribuição dos Deputados Evangélicos por Partido

Partido	Deputados Evangélicos	
PPB	11	(42%)
PFL	6	(23%)
PMDB	4	(15%)
PTB	2	(8%)
PSDB	2	(8%)
PSB	1	(4%)
Total	26	(100%)

Observação: partidos sem deputados evangélicos: PT, PDT e os pequenos partidos de direita.

Fonte: Repertório Bibliográfico da Câmara dos Deputados

Na complexa genealogia do PPB encontramos o PDC, ensaio de democracia cristã o qual algumas lideranças importantes do campo evangélico pretendiam transformar em um canal partidário privilegiado para a participação dos políticos evangélicos. As biografias dos deputados evangélicos revelam ainda uma importante característica dessa bancada. Avaliada com base na atual legislatura, a razão de chance de um deputado evangélico se reeleger é

aproximadamente duas vezes maior do que a chance de um deputado não evangélico se reeleger. Temos aí mais um indicador da identidade do eleitorado evangélico no processo eleitoral.

Tabela 5: Reeleição Segundo a Religião

Reeleito	Evangélicos	Não Evangélicos
Não	11 (42%)	230 (57%)
Sim	15 (58%)	174 (43%)
Total	26 (100%)	404 (100%)

Fonte: Repertório Bibliográfico da Câmara dos Deputados

Há uma interseção importante entre os políticos evangélicos e os meios de comunicação. É comum encontrar entre os políticos evangélicos proprietários, executivos ou mesmo administradores de órgãos públicos na área de comunicação. Francisco Silva (PPB/RJ), Laprovita Vieira, Eraldo Trindade (PPB/AP), Arolde de Oliveira (PFL/RJ) e João Iensen (PTB/PR) são os melhores exemplos dessa interseção. Pode ser esse o processo que explica a concentração de 36% dos deputados evangélicos na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, como demonstra a tabela 6, abaixo.

Tabela 6: Participação nas Comissões Permanentes da Câmara Segundo a Religião do Deputado

Comissão	Evangélicos	Não Evangélicos
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	9 (36%)	64 (16%)
Constituição e Justiça e de Redação	4 (16%)	68 (17%)
Agricultura e Política Rural	3 (12%)	72 (18%)
Defesa Nacional	3 (12%)	16 (4%)
Outras comissões	6 (24%)	177 (45%)
Total	25	397

Fonte: Diário da Câmara de Deputados

Nessa comissão, os deputados evangélicos ocupam a 1ª e 2ª vice presidências, têm quatro titulares e três suplentes. Nas demais comissões, a participação dos políticos evangélicos é discreta: um deputado evangélico ocupa a 3ª presidência da Comissão de Indústria e Comércio e, nas demais, a participação fica limitada à suplência. Isto não reflete uma concentração aleatória de estratégias de carreiras políticas entre os evangélicos. A própria reprodução institucional de suas Igrejas depende, muitas vezes, de uma boa presença nos meios de comunicação. Os programas de "televangelização" são um fenômeno continental. Nos EUA, uma das bases de lançamento da *Christian Coalition*. No Brasil, um espaço ainda não plenamente ocupado, mas para o qual os evangélicos se credenciam como pioneiros.

As votações em plenário

Recentemente, LIMONGI e FIGUEIREDO revelaram uma característica do sistema partidário parlamentar brasileiro até o momento pouco estudada: *"a filiação partidária nos diz muito a respeito do voto provável do parlamentar. Votações tendem a dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda Os partidos políticos apresentam grau de coesão interna suficiente para tornar a ação do plenário previsível"*²¹. Portanto qualquer análise sobre as votações na Câmara deve procurar levar em consideração o fato de que os partidos políticos contam. A seguir, procuro explorar o cruzamento entre a dimensão parlamentar-partidária e a religião dos deputados. Em uma amostra de 13 importantes votações nominais²² na Câmara de Deputados realizadas em 1995 e 1996, calculei o índice de *rice*²³ e comparei a coesão dos partidos com a coesão da "bancada evangélica" e da "bancada católica". Foram selecionadas para a análise as votações que apresentavam as seguintes características: alto quorum, não consensuais, polarização governo-oposição e relevância política da matéria votada. A tabela 7 apresenta alguns resultados que se aproximam muito dos resultados de LIMONGI e FIGUEIREDO, que analisaram 221 votações no período de 1989-94. A maior discrepância foi observada no caso do PMDB, que, no estudo de LIMONGI e FIGUEIREDO, apresentava um índice de *rice* médio de 73,69 e aqui parece refletir a força da crise que envolveu o relacionamento político entre o ex-presidente Sarney (principal liderança nacional do PMDB) e o presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorrida no início do ano de 1996.

Tabela 7: Índice de Rice Médio em Votações Seleccionadas

Partido/Bancada	Índice de Rice
PT	93,3
PFL	86,6
PSDB	86,0
PPB	82,8
PTB	77,3
PDT	76,9
Bancada Evangélica	76,4
Pequenos Partidos de Direita	72,1
Pequenos Partidos de Esquerda	69,9
PMDB	57,8
Bancada Católica	47,7

Fonte: Diário da Câmara de Deputados e Diário do Congresso Nacional

A primeira evidência indica que a bancada evangélica tem lugar entre os partidos, apresentando maior coesão do que os pequenos partidos de direita e esquerda. Como grupo de controle, a "bancada católica" mostra a sua fragilidade como conceito político.

Mas o que aconteceria se "controlássemos" a votação do deputado evangélico pelo partido no qual este deputado atua? Ou seja, sabemos que os 26 deputados evangélicos estão distribuídos por seis partidos. Sabemos ainda que estes seis partidos têm líderes partidários, que nas votações analisadas, orientaram o voto de suas bancadas²⁴. Bancadas que, por sua vez, apresentaram elevada coesão partidária nessas votações. Se a bancada evangélica existe e funciona como uma força parlamentar, deve-se esperar que os deputados evangélicos apresentem alguma coesão como bancada - o que já foi constatado -, como também deve-se esperar algum grau perceptível de discordância com seus respectivos líderes partidários. Se os deputados evangélicos do PPB votam sempre com a liderança do PPB e assim também o fazem os do PSDB, do PSB e de todos os demais partidos onde atuam deputados evangélicos, cabe a dúvida: a coesão da bancada evangélica deve-se à proximidade ideológica dos partidos nos quais atuam os deputados evangélicos ou a processos políticos que independem das estruturas partidárias? Sugiro, portanto, tomar a proporção dos deputados evangélicos de cada partido que votam em concordância com os líderes de seus respectivos partidos como indicador da fragilidade do conceito "bancada evangélica". Na tabela 8 podemos observar que os deputados evangélicos de centro-esquerda (6 deputados) são mais fieis à orientação dos seus líderes partidários do que seus colegas não evangélicos. Nos partidos de direita, o desvio com relação aos colegas de legenda é negativo.

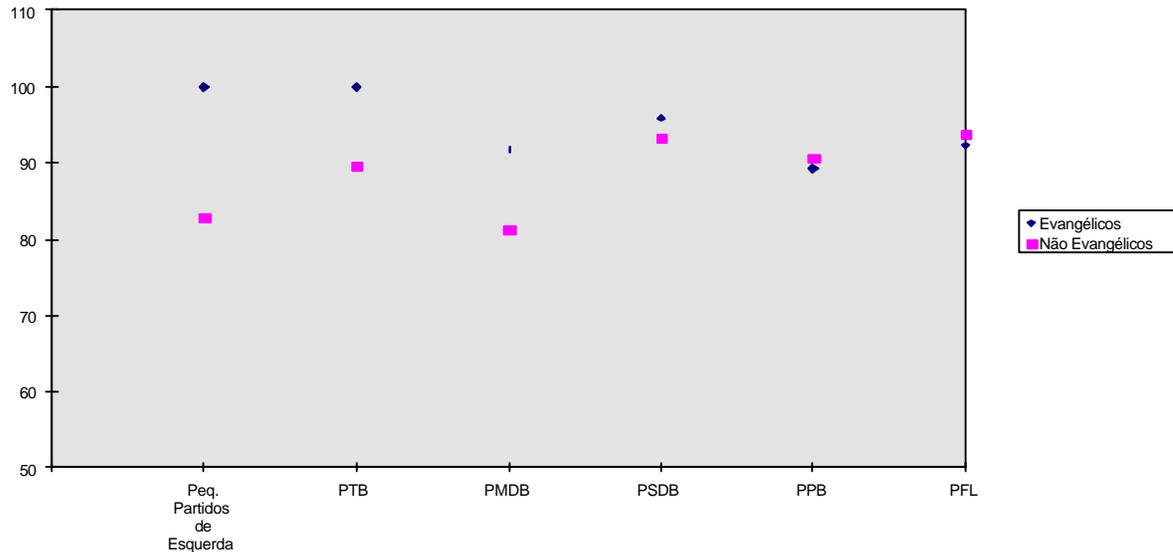
Tabela 8: Proporção Média de Deputados Evangélicos e Não Evangélicos que Votam em Concordância com Seus Respectivos Líderes Partidários Segundo a Religião do Deputado

Partido	Evangélicos	Não Evangélicos
Peq. Partidos de Esquerda	100,0	82,8
PTB	100,0	89,7
PMDB	91,7	81,4
PSDB	95,8	93,4
PPB	89,2	90,7
PFL	92,2	93,9
PT	--*	96,9
PDT	--*	89,2
Peq. Partidos de Direita	--*	89,2

Fonte: Diário da Câmara de Deputados e Diário do Congresso Nacional

As votações aqui consideradas permitem ainda uma análise suplementar. Em todas as 13 votações analisadas, os líderes de PSDB, PFL, PFL, PTB e PPB votaram sempre da mesma forma, sempre a favor das propostas do governo. Portanto as discrepâncias dos deputados evangélicos que atuam nos partidos de direita com os líderes desses partidos indicam que, na direita, os evangélicos são menos pró-governo que seus pares e os que estão nos partidos de centro-esquerda são mais opositoristas que seus colegas de legenda. O gráfico 2 ilustra a distância entre os deputados evangélicos e seus colegas de legenda não-evangélicos quanto à orientação dos líderes partidários.

Gráfico 4: Proporção Média de Deputados que Votam em Concordância com Seus Respectivos Líderes Partidários Segundo a Religião do Deputado



Fonte: Diário da Câmara de Deputados e Diário do Congresso Nacional

Os dados analisados não permitem estabelecer conclusões sobre a participação das lideranças evangélicas na Câmara dos Deputados. O pequeno número de votações analisadas não permite mais do que o reconhecimento de algumas tendências que deverão ser aprofundadas por novas investigações empíricas. Soma-se ainda o fato de que a relevância política da bancada evangélica - e de todas as demais bancadas transversais ao sistema de partidos - depende de fatores dinâmicos, derivados das dificuldades político-institucionais que poderão surgir no curso da atual legislatura. Na fotografia limitada que os dados aqui reunidos oferecem, o conceito de uma "bancada evangélica" dá lugar a um conjunto heterogêneo de deputados de religião evangélica. Entretanto qualquer conclusão mais definitiva sobre o comportamento dos deputados evangélicos requer a análise de uma amostra maior de votações que permitisse analisar o comportamento destes deputados em temas relacionados à moral e ao comportamento (tais como: união civil entre homossexuais, política nacional de drogas ou de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, entre outros).

Pontos para discussão

As pesquisas de opinião com os fiéis evangélicos, a análise da atuação dos deputados evangélicos na Câmara dos Deputados e os demais dados aqui comentados sugerem que a importância dos evangélicos na vida político-eleitoral e associativa não se resume à participação das estruturas hierárquicas das igrejas, normalmente destacada pela literatura. A análise desenvolvida sugere que as igrejas evangélicas funcionam como um canal de incorporação de um segmento social importante, geralmente pobre e de baixa escolaridade, aos sistemas de representação de interesse. Sendo a Igreja um espaço de participação religiosa, devemos considerar a pergunta de como a participação religiosa se combina à participação política ou conduz a ela. Ou seja, o sentido da causalidade sugerido é de que ninguém vai a uma igreja para se filiar a um partido, mas eventualmente pode filiar-se a um partido por ter ido a uma igreja. Quais os padrões percebidos nesta passagem da participação religiosa à participação política? A combinação dos quatro indicadores utilizados no artigo pode contribuir para a resposta. O quadro 2 foi construído com o objetivo de descrever correlações perceptíveis ao nível das denominações das quais os indivíduos pesquisados participam. Ou seja, quando, por exemplo, a correlação entre associativismo e participação em atividades sociais das igrejas é analisada, pode-se dizer que esta é uma característica das denominações A, B e C, o que não é o mesmo que afirmar que esta correlação é detectada quando analisamos as variáveis que medem o comportamento individual. As inferências realizadas a seguir são *não-probabilísticas*, na medida em que são apoiadas em um pequeno número de casos (seis grupos de denominações). No quadro abaixo, a posição de cada denominação é apresentada com relação ao valor médio do indicador. Os sinais +/- indicam quais estão acima ou abaixo da média da população estudada.

Quadro 2: Padrões de Participação Política e Religiosa entre as Denominações Evangélicas

Denominação	<i>Participação em:</i>			
	<i>Cultos</i>	<i>Ativ. Soc na Igreja*</i>	<i>Camp. Eleitorais</i>	<i>Associações</i>
Renovadas	+	+	+	+
Baptistas	-	+	+	+
Assembléia de Deus	+	+	-	-
Protestantes	-	+	-	+
Universal do Reino de Deus	+	-	+	-
Pequenas Igrejas	+	-	-	-

Legenda:

+ Acima da média

- Abaixo da média

* educacionais, sociais, administrativas e

Cada grupo denominacional apresenta um padrão singular de combinação destes indicadores. As denominações cujos fiéis apresentam participação em atividades associativas (indicador 4) acima da média são aquelas em que estes também apresentam participação acima da média em atividades educacionais, sociais e administrativas desenvolvidas no âmbito da Igreja. Estas são, tipicamente, as “comunidades cívicas” do mundo evangélico: embora diferenciadas com respeito às demais dimensões analisadas, convergem na característica de serem igrejas que oferecem um espaço para a participação dos fiéis em atividades como eleições para líderes da igreja, decisões administrativas e o trabalho voluntário fora da igreja. Este padrão é observado nas Igrejas Batistas, Protestantes Tradicionais e Renovadas.

Níveis elevados de participação eleitoral marcam três denominações: Universal do Reino de Deus, Batista e Renovadas. Entre os batistas e os membros das igrejas renovadas, esta participação combina-se a uma participação cívica mais ampla, dentro e fora da igreja. No caso da Universal - os membros desta denominação apresentam os maiores valores no índice de participação eleitoral - trata-se de uma prática associada prioritariamente à participação nos cultos. Padrão que pode ser explicado pela combinação da estrutura eclesial de tipo carismática com forte centralização administrativa (FERNANDES, 1994). As únicas igrejas “monotemáticas” são as pequenas igrejas pentecostais. Seus fiéis apenas se destacam quanto à participação nos cultos e reuniões de oração. Trata-se de um conjunto composto na maior parte, por igrejas pequenas, sem vínculos com estruturas nacionais ou regionais, sendo algumas marcadas pela liderança carismática de seus pastores e líderes.

Os resultados encontrados permitem sugerir novas questões para a pesquisa empírica sobre a participação política dos evangélicos no Brasil. Em primeiro lugar, a importância de incorporar o contexto eclesiástico como uma variável relevante na análise das relações entre religião e política. Em análises baseadas exclusivamente em resultados de *survey* é comum descartar a correlação entre pertencimento religioso e participação política pelo simples fato de que esta correlação muitas vezes não é detectável ao nível do indivíduo, mas sim o é quando realizamos a mesma análise ao nível da denominação, ou seja, quando levamos em conta variáveis descritivas do contexto social imediato no qual estes indivíduos estão inseridos - os “*contextual effects*” tratados na primeira parte do artigo.

Em segundo lugar, estudos empíricos sobre o comportamento político de segmentos sociais específicos permitem ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do sistema eleitoral e partidário no Brasil, demonstrando como o sistema eleitoral assegura a incorporação de grupos sociais relevantes aos sistemas partidário eleitoral e parlamentar. Diferentemente de outros grupos de representação de interesses que atuam na Câmara, entre os quais destacam-se os proprietários de terras (ruralistas), donos de hospitais privados e representantes dos grupos financeiros e industriais, os políticos evangélicos devem o tamanho de sua bancada a um fenômeno social e político de grande importância: um contingente significativo do eleitorado brasileiro declara-se membro de alguma religião evangélica. Fato que orienta, de alguma forma, a definição de voto deste contingente da população. Uma avaliação das virtudes e dos defeitos do sistema de representação

proporcional através de listas partidárias abertas (o que dá ao eleitor um alto grau de liberdade na escolha de seus representantes) que não seja puramente normativa deve ser capaz de incluir uma consideração sobre fenômenos análogos à participação dos evangélicos na política²⁵.

Por fim, encontramos aqui elementos para sugerir uma atualização do vocabulário político consagrado na literatura sobre religião e comportamento político. A adequação de categorias como “eleitor evangélico” e “bancada evangélica” pode ser posta em dúvida a partir dos resultados aqui comentados. No sistema parlamentar, os evangélicos seguem um modelo poliárquico de participação: estão inseridos nas estruturas partidárias e submetidos às lideranças de seus partidos, embora representem um segmento específico do eleitorado. Como membro de diferentes contextos eclesiais, o “eleitor evangélico” seria melhor representado se considerássemos suas múltiplas manifestações de “eleitor batista”, “eleitor da Universal”, etc., ou ainda de “não-eleitor” das pequenas igrejas evangélicas.

Notas e Bibliografia

⁰ LIMA JUNIOR, O. ; SCHIMITT, R.; NICOLAU, J. C. M. (1992). A Produção Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais , n. 34, 2º semestre de 1992.

¹ Ver a respeito:

MAINWARING, S. (1983) The Catholic Church and Politics in Brazil 1916-82, Stanford University, Tese de Doutorado.

FRESTON, Paul.(1993) Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP.

SOUZA, L. Alberto Gomez de Souza. (1984) A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política, Civilização Brasileira.

LIMA, L. Gonzaga. (1979) A Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil, Editora Vozes.

BRUNEAU, T. (1974) The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church , New York, Cambridge University Press.

CAVA, Ralph Della (1988) A Igreja e a Abertura 1974-85; in: *Democratizando o Brasil*; STEPAN, A.; Paz e Terra.

ALVES, Márcio Moreira. (1979) Igreja e Política no Brasil, Brasiliense.

² NOVAES, R. R. (1997) De Corpo e Alma: Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo. Editora Griffus.

BURDICK, J. (1993) Struggling Against the Devil: Pentecostalism and Social Movements in Urban Brazil. in: GARRARD-BURNETT, V. and STOLL, D. Protestantism in Latin America. Philadelphia: Temple University Press.

³PIERUCCI, F. e PRANDI, R. (1995). Religião e Voto: a Eleição Presidencial de 1994. Opinião Pública, maio de 1995. Artigo baseado nos dados de pesquisas de opinião conduzidas pelo Data Folha em escala nacional com 20.000 entrevistas.

⁴ MOISÉS, José Alvaro. (1995) Os Brasileiros e a Democracia: Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática. Editora Ática.

⁵ Ver: MOISÉS, José Alvaro. (1995), páginas 245 a 247.

⁶ NOVAES, R. (1995). Pobreza e Trabalho Voluntário: um Estudo sobre a Ação Social Católica no Rio de Janeiro. Série Textos de Pesquisa, ISER.

GIUMBELLI, E. (1996). Em Nome da Caridade: Assistência Social e Religião nas Instituições Espíritas, Volumes I e II. Série Texto de Pesquisa, ISER.

⁷SANTOS, W. G. (1993). Razões da Desordem, Editora Rocco.

⁸ FERNADES, R. C. (1994). Governo das Almas: As Denominações Evangélicas no Grande Rio, in: *Nem Anjos, Nem Demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo*, Editora Vozes.

⁹ HUCKFELDT, R. R. e SPRAGUE, J. (1989) Choice, Social Structure and Political Information: The Informational Coercion of Minorities. American Journal of Political Science, 32: 467-82.

¹⁰ BROWN, C. (1991) Ballots of Tumult: A Portrait of Volatility in American Voting. The University of Michigan Press, Ann Arbor.

¹² WALD, K.; OWEN, D. E.; HILL, S. S. (1988) Churches as Political Communities. American Political Science Review, vol. 82, No. 2, June.

¹³ BROWN, C. (1991).

¹⁴ PIERUCCI, Antonio F. e PRANDI, R. (1995).

¹⁵ FERNANDES, R. C. (1995).

FERNANDES, R. C. (1992), *Censo Institucional Evangélico*, ISER série texto de pes 1992).

¹⁶ FRESTON, Paul.(1993).

¹⁷ Estimativa das duas pesquisas eleitorais realizadas em escala nacional pelo Data Folha em agosto e setembro de 1994. Estas pesquisas foram posteriormente agrupadas em uma mesma amostra de aproximadamente 21.000 respondentes e seus resultados foram analisados por Antônio Pierucci e Reginaldo Prandi.

¹⁸ Pesquisa realizada por Karina Kuschnir, Leandro Piquet Carneiro e Rogério Schmit. Os programas dos candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro foram gravados e transformados em um banco de dados. CARNEIRO, Leandro P. e SCHIMIT, Rogério (1995). Eleições Casadas, Resultados Nem Sempre Solteiros, Opinião Pública, agosto de 1995.

¹⁹ Candidatos regionais/locais são aqueles que procuram o apoio específico dos moradores de um determinado município ou região. São, na sua maioria, ex-prefeitos ou lideranças comunitárias locais. Entre os sindicalistas estão os candidatos que orientam suas campanhas para categorias profissionais específicas às quais de alguma forma estão ou estiveram ligados. Entre os candidatos classificados como de opinião pública e juventude temos aqueles que, sem um segmento social específico para o qual dirigir suas mensagens, procuram orientar suas campanhas para os eleitores em geral. São, no caso do estudo aqui comentado, representados pela maiores campanhas do processo eleitoral e envolvem os candidatos com boa passagem pela mídia.

²⁰ Estimativa de intervalo construída com base nos dados da PNAD 88, resultados preliminares do Censo 91, Pesquisa Novo Nascimento e Pesquisas Eleitorais do Data Folha.

²¹ LIMONGI, F. e FIGUEIREDO, Angelina C. (1995) Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. Dados, Vol. 38, nº 3 pp 497 a 525.

²² Votações incluídas na análise:

Número da Lei	Matéria
PEC3/95	Retira da Telebras a exclusividade na exploração dos serviços de telecomunicações, permitindo, mediante concessão, a entrada do setor privado, nacional ou estrangeiro, no setor.
PEC33/95	Previdência Social
PEC7/95	Abre, nos termos da lei, o setor de transporte de mercaderia e de cabotagem às embarcações estrangeiras, acabando com a reserva de mercado das embarcações e dos profissionais brasileiros, inclusive no transporte de passageiros.
PEC5/95	Unifica os conceitos de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, retirando desta o tratamento preferencial na aquisição de bens e serviços pelos órgãos públicos, além de abrir o subsolo ao capital estrangeiro.
PEC6/95	Retira da Petrobras a exclusividade de exploração, refino, transporte, importação e exportação de petróleo, autorizando a União a contratar empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, para a exploração do setor.
PEC4/95	Abre a exploração dos serviços de gás canalizado às empresas privadas, inclusive às de capital estrangeiro, sempre mediante concessão. Cabe aos estados decidirem se mantêm empresas próprias, se privatizam as atuais ou se abrem ao setor privado apenas os novos empreendimentos, ou, ainda, se instituem algum tipo de parceria.
PL 32/95 - CN	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, créditos adicionais até o limite de R\$ 2.889.369.503,00 para fins que especifica
PEC 1236/95	Altera a legislação do IR de PF
PEC 163/95	Altera arts.71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe sobre o Fundo de Estabilização Fiscal (antigo Fundo Social de Emergência)
Substitutivo 913/95 ao PL de mesmo número	Altera a legislação do IR de PJ
Emenda 41 do Senado ao PL 180/95	Dá direito à compensação fiscal pela cedência do horário gratuito às emissoras de rádio e televisão
Emenda 34 do Senado ao PL 180/95	Acrescenta ao art.67 o inciso XII - promover ou aceitar a participação de candidato, ou a veiculação de seu nome ou imagem, em inauguração de obras públicas ou eventos promovidos pelo poder público, no período entre a escolha de candidato em convenção e a data da eleição. Pena: detenção de 6 meses a 1 ano
PL 40/95	Estabelece regras para a produção independente de energia elétrica

²³ Índice de Rice = $P_{ma} - P_{mi}$, onde:

P_{ma} = proporção de votos majoritários

e

P_{mi} = proporção de votos minoritários

Conseqüentemente, o índice varia de 0 a 100, sendo o valor máximo indicador de máxima coesão dentro do partido.

²⁴ Apenas na votação da Emenda 41 do Senado ao Projeto de Lei 180/95, que dava direito à compensação fiscal pela cedência do horário gratuito às emissoras de rádio e televisão, o PMDB liberou o voto.

²⁵ Ver a respeito o trabalho recente de SANTOS, W. G. (1997). Representação, Proporcionalidade e Democracia, mimeo.